

“Síndrome do Arraial D'Ajuda”

Nos Estados Unidos, os congressistas consomem boa parte de seus mandatos em disputas anuais com o Executivo, por causa de divergências na montagem do orçamento governamental. Embora muito menos aplicados que seus colegas norte-americanos, os congressistas brasileiros também dedicam uma parte de seus mandatos para discutir orçamento. Mas não é só na aplicação que os parlamentares brasileiros diferem dos norte-americanos. A diferença fundamental na atuação de uns e de outros está no estilo: enquanto o Congresso norte-americano procura conter as despesas governamentais, com o objetivo de reduzir o imenso déficit orçamentário, aqui os parlamentares inventam — e não pode ser outra a expressão para designar seu comportamento — mecanismos que permitem ampliar os gastos da União.

Não foi mais do que uma invenção o artifício pelo qual um deputado conseguiu aumentar em Cr\$ 752 bilhões a receita prevista para o próximo ano. A alegação do autor da proposta, aprovada pela comissão mista do Congresso que examinou o orçamento, foi a de que, ao elaborar o projeto de lei orçamentária, o Executivo subestimou a receita. O resultado prático disso é que, com o aumento da receita, aumenta-se também a despesa em igual valor.

Na verdade, como vem observando o deputado José Serra, considerado um dos maiores especialistas em questões orçamentárias no Congresso, a receita prevista originalmente pelo Executivo já está superestimada, pois ela representa um aumento de cerca de 30% entre 1989 e 1991 (a carga tributária federal saltaria de 11,8% para 15,3% do Produto Interno Bruto). A proposta aprovada na comissão mista eleva esse aumento para 40%.

Elaborada em meados do ano, a proposta original pressupunha que o PIB brasileiro crescerá 3% no próximo ano. Na época, podia-se supor que a queda da atividade econômica em decorrência do programa de estabilização seria pequena; há duas semanas, porém, quando a comissão mista aprovou o aumento da receita, a recessão já era forte o suficiente para indicar perda de receita em 1991 — daí o caráter escandaloso de uma proposta que, em lugar de cortar,

aumenta as despesas.

O que explica esse estilo do Congresso é o fato de boa parte de seus integrantes apresentar evidentes sinais do que chamariamos de “síndrome do Arraial D'Ajuda” e caracterizariamos como desejo sófrego e insopitável de atender a interesses eleitorais menores associado a perda progressiva de senso de responsabilidade perante a Nação.

Caso exemplar — e responsável pela designação dessa moléstia política — é o do relator geral da comissão mista do Congresso, deputado João Alves, da Bahia, que incluiu entre as 5.444 (de um total inicial de 13.356) emendas incorporadas à proposta original uma que apresentava a pequena comunidade de Arraial D'Ajuda, no município baiano de Porto Seguro, com uma verba de Cr\$ 1,9 bilhão, a preço de maio (ou Cr\$ 10,64 bilhões a preços médios de 1990, o equivalente a Cr\$ 3,5 milhões para cada um de seus 3 mil habitantes), para “infra-estrutura urbana”. Essa verba equivale a mais de mil vezes a quantia destinada pelo Ministério da Ação Social para o sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos da Região Sudeste, onde vivem 65 milhões de pessoas. São muitos os exemplos da “síndrome do Arraial D'Ajuda”. Só para citar mais um: há uma emenda que destina Cr\$ 7,2 bilhões (em valores atualizados) — quantia suficiente para a construção de dez mil casas populares — à construção, em Salvador, de uma luxuosa sede para a Caixa Econômica Federal, estatal envolvida em dificuldades contábeis e financeiras, como mostramos ontem em editorial.

O próprio Executivo, ao não justificar com clareza a importância de determinadas aplicações, contribui para enriquecer a lista de dotações orçamentárias no mínimo discutíveis. Qual é, por exemplo, a importância, neste momento de contenção de gastos públicos, de se financiar uma pesquisa sobre o efeito da idade do desmame no desenvolvimento de potros da raça mangalarga marchador?

A desinformação ajuda a propagar a “síndrome do Arraial D'Ajuda”, que representa grave ameaça às finanças públicas e à luta antiinflacionária.